Amanda Gurgel fala ao Opinião

“Temos que transformar toda essa angústia em ação”

A professora que denunciou o caos do ensino público em vídeo visto por mais de um milhão de pessoas fala sobre a situação precária do professor no país e de sua militância no PSTU.

Enquanto isso...

Governo Dilma corta R$ 3 bi da educação

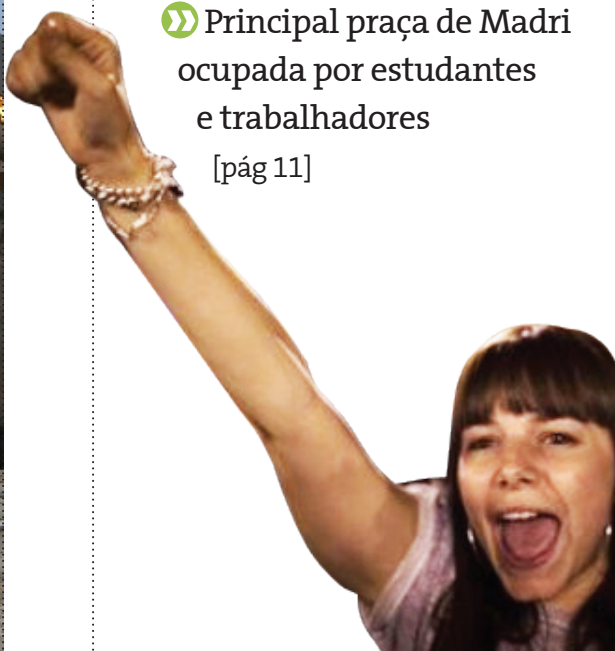
Greves e mobilizações agitam estados [págs 8 e 9]

Opinião Socialista
WWW.PSTU.ORG.BR NÚMERO 424 ▸ DE 24 DE MAIO A 7 DE JUNHO DE 2011 ▸ ANO 15
R$ 2

O Minério tem que ser Nosso

Campanha nacional quer discutir um novo modelo para a mineração no Brasil. [págs 6 e 7]

ESPANHA: JOVENS OCUPAM PRAÇAS CONTRA ATAQUES

Principal praça de Madri ocupada por estudantes e trabalhadores [pág 11]

IDEOLOGIA?

Como as ideologias “naturalizam” a realidade social [págs 14 e 15]

TRABALHADOR É O MAIS PENALIZADO PELO CAOS DO TRANSPORTE

[págs 10]

■ **INDÍGENAS 'TERRORISTAS' 1 –** No Chile, os indígenas mapuche presos pelo governo estão há mais de dois meses em greve de fome. Os quatro indígenas foram condenados de 20 a 25 anos de prisão.

■ **INDÍGENAS 'TERRORISTAS' 2 –** Os mapuche estão em jejum e exigem um julgamento justo sem a aplicação da lei antiterrorista, na qual foram enquadrados.

DEVASTAÇÃO DO BABAÇU

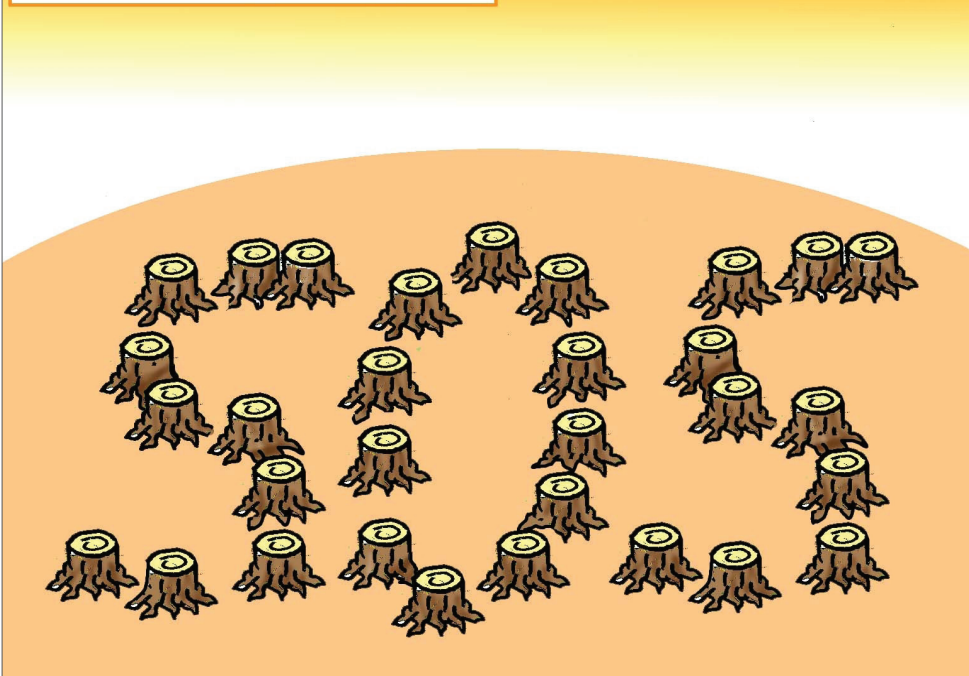
A Assembleia Legislativa do Maranhão está discutindo um projeto de lei que autoriza a derrubada das últimas reservas de babaçu do estado. O projeto atende aos interesses das grandes construtoras e imobiliárias do estado, que vêm invadindo diversas áreas de preservação ambiental para especular e assim garantir lucros fabulosos. Se aprovado, o desmatamento dos babaçuais trará prejuízos à biodiversidade e à população maranhense. No Maranhão, mais de 150 mil famílias dependem da renda obtida nesta atividade extrativa.

PÉROLA

A bomba de gás é o lança-perfume do estado democrático

REINALDO AZEVEDO, articulista da Veja parabenizando a selvagem repressão policial contra a passeata da maconha realizada em SP no último dia 21. (Veja online 23/05)

CÓDIGO FLORESTAL

AMÂNCIO

'GENTE DIFERENCIADA'

Churrasqueira, travessas de farofa, cervejas no isopor, espetinhos de frango, pagode e palavras de ordem como "Vem pra rua comer churrasco vem". Assim foi o churrascão da "gente diferenciada" realizado no dia 14 em Higienópolis, tradicional bairro da elite de São Paulo. O protesto foi uma resposta articulada na rede social Facebook aos moradores que discordam da inauguração de uma estação de metrô no bairro. Eles alegam que a estação prejudicaria o bairro, atraindo "gente diferenciada" como ambulantes, trabalhadores e pessoas pobres. O protesto reuniu estudantes, moradores e integrantes de movimentos sociais, que também assaram chuchu, em referência ao apelido do governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB).

"NAKBA"

Pelo menos 15 pessoas foram assassinadas pelo exército israelense no dia 15, durante os protestos na data em que foi criado o Estado de Israel. O dia é chamado pelos palestinos de "Nakba", ou o "dia da catástrofe", por marcar a perda de suas terras. Além dos mortos, outras 170 pessoas foram feridas pelos disparos dos soldados israelenses, que responderam a tiros às manifestações de palestinos e refugiados desarmados. Segundo o jornal espanhol El País, o governo de Benjamín Netanyah deslocou nada menos que 10 mil soldados para reprimir as manifestações do 63º aniversário do Estado israelense.

GREVE DE 24 HORAS

Os trabalhadores da mineração da CSN entraram em greve de 24 horas no dia 16. Os cerca de 2.500 operários da mina Casa de Pedra, em Minas Gerais, reivindicam reajuste salarial de 15%. A CSN apresentou uma proposta de 6,3% de reajuste. Este índice corresponde à reposição do INPC, e está muito aquém da inflação real e do avanço da lucratividade da empresa. Só no primeiro trimestre deste ano, a CSN viu seu lucro líquido subir 36%. Em 2010, a empresa obteve uma receita líquida de R$ 14,5 bilhões, 32% superior à de 2009. Já seu lucro bruto subiu 71%, alcançando R$ 6,8 bilhões no ano passado. Os metalúrgicos da CSN em Volta Redonda também repudiaram, a proposta da empresa.

DENGUE NO CEARÁ

O Ceará está tomado, mais uma vez, por uma epidemia de dengue. Dezenas de pessoas já morreram, segundo o governo. Em todo o estado, já passam de 40 mil os casos suspeitos da doença. Mais uma vez, a proliferação está associada à falta de investimentos para prevenção. Nem o governo do estado, nem a prefeitura adotaram medidas para impedir a epidemia. Só em Fortaleza, há um déficit de 400 agentes de endemia, e a própria prefeitura do PT já declarou que faltam recursos para combater a doença. Por outro lado, o governador Cid Gomes (PSB) injeta bilhões em obras para a Copa do Mundo, enquanto a saúde pública sofre um "apagão".

Chegou a nova Marxismo Vivo

Marxismo Vivo – Nueva época: Cuba. La cuestión nacional. El partido revolucionario. El centrismo y la construcción de la internacional.

Há 10 anos a revista Marxismo Vivo foi criada. Mas agora a revista está sendo relançada, com mudanças importantes em seu conteúdo. A nova Marxismo Vivo será dedicada a formação e ao debate teórico, por isso vai abordar novos temas e de uma forma diferente, com uma maior quantidade de páginas.

Já está a venda a primeira edição da nova Marxismo Vivo, cujo tema de destaque é a polêmica sobre a questão de Cuba. Publicamos um dossiê destinado a este tema analisando as diferentes posições que foi tendo nossa corrente, a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI), desde os primeiros anos do triunfo da revolução até a atualidade.

Além de Cuba há vários artigos e documentos sobre a chamada "questão nacional", trazendo à luz as posições dos bolcheviques russos para analisar uma grande quantidade de conflitos atuais, como os que ocorrem na Irlanda do Norte, País Basco, Bolívia, Chechênia ou na ex-Yugoslávia.

"Sem teoria revolucionária não há política revolucionária", já dizia Lênin. A nossa revista está a serviço dessa tarefa. Adquira a revista com lhe vendeu o jornal.

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal
do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: opiniao@pstu.org.br

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356
ASSINATURAS
(11) 5581-5776 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01313-000 Tel.: (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
***gayslesb@pstu.org.br*
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - R Dr. Rocha Cavalcante, 556. A Vergel - (82) 3032 5927. *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013. Centro (altos Bazar Brasil). Tel (96) 3224-3499. *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093. *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, Sala 301. Centro. Tel (71) 3015-0010 *pstubahia@gmail.com. Blog: pstubahia.blogspot.com*
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910. Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710. Benfica. CEP 60015-340. *fortaleza@pstu.org.br*
JUAZEIRO DO NORTE - Rua São Miguel, 45. São Miguel. Telefone: (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, Sala 215. Asa Sul. CEP 70.306-000. Fone/Fax: (61) 3226-1016 *brasilia@pstu.org.br. Blog: pstubrasilia.blogspot.com*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 237, nº 440, Qd. 106, Lt- 28, Casa 014, CEP 74605-160. Setor Universitário. Tel (62) 8426 4966. *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, Sala 10. Monte Castelo. Tel (98) 8812-6280/8888-6327. *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165. Jd. Leblon. CEP 78060-010. Tel (65) 9956-2942/9605-7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921. Vila Planalto. Tel (67) 3331-3075/9998-2916. *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - R. da Bahia, 504, sala 603 - Centro (31) 3201-0736. *bh@pstu.org.br. Site: minas.pstu.org.br*
BETIM - (31) 9986.9560
CONTAGEM - R. França, 352, sala 202. Eldorado. Tel (31) 2559-0724
JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco, 20, sala 301. Centro. *juizdefora@pstu.org.br*
UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. Tel (34) 3312-5629. *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
ALTOS - Duque de Caxias, 931. Altos. Telefone: (91) 3226.6825 (91) 8247.1287.
SÃO BRÁZ - R. 1º de Queluz, 134. São Braz. Telefone: (91) 3276-4432.

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Sérgio Guerra, 311, sala 1. Bancários. Tel (83) 241-2368. *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Av. Luiz Xavier, 68, sala 608. Centro. *curitiba@pstu.org.br*
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748, Zona 07. CEP 87020-070. Tel (44) 9111 3259. *Blog: pstunoroeste.blogspot.com*

PERNAMBUCO

RECIFE - R. Santa Cruz, 173, 1º andar. Boa Vista. Tel (81) 3222-2549. *pernambuco@pstu.org.br. Site: www.pstupe.org.br.*

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. *teresina@pstu.org.br. Blog: pstupiaui.blogspot.com*

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180. Lapa. *Tel (21) 2232-9458. riodejaneiro@pstu.org.br. Site: rio.pstu.org.br*
DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404. Centro. *d.caxias@pstu.org.br*
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308. Centro. *niteroi@pstu.org.br*
NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766 - Fundos. Centro. CEP 27916-000. Macaé (RJ). Telefone: (22) 2772.3151
NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62. Cordueira. Telefone: (22) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546. Centro
VALENÇA - R. 2, 153 - BNH. João Bonito. CEP: 27600-000. Telefone: (24) 2452 4530. *sulfluminense@pstu.org.br*
VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43 - Sala 202. Aterrado. CEP 27.215-090. Telefone: (24) 3112.0229. *sulfluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - R. Apodi, 250. Cidade Alta. Telefone: (84) 3201 1558. *natal@pstu.org.br. Blog: psturn.blogspot.com*

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243. Porto Alegre. Tel (51) 3024.3486/3024.3409. *portoalegre@pstu.org.br. Blog: pstugaucho.blogspot.com*
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105. Morada do Vale I. Tel (51) 9864 5816
PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432 sala 20. Galeria Dom Guilherm. Tel (54) 9993 7180
SANTA CRUZ DO SUL - Tel (51) 9807 1722
SANTA MARIA - Tel (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77. Centro. Tel (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Imigrante Meller, nº 487. Pinheirinho. Tel (48) 3462-8829/9128 4579. CEP: 88805-085 *pstu_criciuma@yahoo.com.br*

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248. São Bento. Tel (11) 3313-5604
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18. São Miguel. Tel (11) 7452-2578
ZONA SUL - R. Amaro André, 87. Santo Amaro. CEP 04753-010. Tel (11) 6792-2293.
ZONA OESTE - R. Belckior Carneiro, 20. Próximo à estação Lapa da CPTM. CEP 05068-050. Tel (11) 7071-9103.
BAURU - R. Antonio Alves, 6-62. Centro. CEP 17010-170. *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 Tel (19) 3201-5672. *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - Av. 7 de Setembro, 667. Vila Martinho. *educosta16@itelefonica.com.br*
GUARULHOS - R. Harry Simonsen, 134 - Fundos. Centro. Telefone: (11) 2382-4666. *guarulhos@pstu.org.br*
MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213. Centro. Tel (11) 9987-2530. *saopaulo@pstu.org.br*
PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, Sala 05. Jardim Caiçara. Tel (18) 3221-2032
RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614. Campos Eliseos. Tel (16) 3637-7242. *ribeirao@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58. Centro. Telefone: (11) 4339-7186. *saobernardo@pstu.org.br Blog: pstuabc.blogspot.com*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Sebastião Humel, 759. Centro. Tel (12) 3941-2845. *sjc@pstu.org.br*
EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917 - sobreloja. Pq. Pirajuçara. Telefone: (11) 4149-5631
JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386. Centro. Tel (12) 3953.6122
SUZANO - Tel (11) 4743-1365. *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b. Conjunto Orlando Dantas. Telefone: (79) 3251-3530. *aracaju@pstu.org.br*

Um domingo muito diferente

As classes dominantes usam os meios de comunicação para difundir sua ideologia e sua política. No entanto, em ocasiões muito raras, algo escapa ao controle. Seja por crises, seja por uma combinação especial de fatores, vem à tona uma voz que vem das massas.

Amanda Gurgel é uma professora grevista, militante do PSTU no Rio Grande do Norte. Uma figura admirável por sua militância, por sua firmeza como mulher e como professora. Ela teve a ousadia de questionar os deputados e a secretária da educação em uma audiência pública durante a greve. O vídeo dessa intervenção caiu no YouTube e virou sensação imediatamente.

Amanda no Faustão

O salário de R$ 930, o estudante entrando na sala carregando uma cadeira na cabeça, o descaso dos governos federal, estaduais e municipais com a educação. De repente, quase um milhão de acessos ao filme comprovou que aquela voz representava um sentimento de massas.

Veio então o convite para o programa do Faustão na Rede Globo. Era um passo maior e mais delicado. Seria possível, num programa assim, falar do mesmo tema, com o mesmo conteúdo, com a mesma autenticidade? Amanda, mulher e forte, assumiu o desafio. De repente, a professora que até duas semanas antes era desconhecida do grande público, falava para quarenta milhões de pessoas.

Toda a propaganda do governo Dilma, dos governos estaduais do PSDB, PMDB, PT de que eles "priorizam a educação" se choca com a realidade dos salários miseráveis dos professores e das péssimas condições de ensino. Faltava alguém que pudesse verbalizar isso e que tivesse acesso aos grandes meios de comunicação, monopolizados pelos governos e grandes partidos.

Através da voz de Amanda, falaram os professores do país, insatisfeitos com a situação da educação. Como é possível que um deputado ganhe o salário de trinta professores? Por que os governos tentam jogar a população contra os professores nas greves quando a luta é em defesa da educação de qualidade? No final, ela chamou a realizar um twittaço em defesa de 10% do PIB para a educação já. Terminou com um pedido de palmas para os grevistas da educação de todo o país.

De repente, a plateia do programa do Faustão, no horário nobre da TV, estava aplaudindo entusiasticamente as greves do país. A TV não estava sendo usada para difundir a ideologia burguesa do conformismo, mas para denunciar a situação da educação e aplaudir a mobilização direta dos trabalhadores. A importância das novas mídias se juntou com a força das greves na figura de Amanda.

Os trabalhadores desse país podem aprender com essa mulher de aparência tranquila e determinada. Juntemos a força da nossa luta direta e a consciência política de quem não aceita mentiras. Esse acesso aos grandes meios de comunicação, não nos enganemos, é raro e não vai ter continuidade. A ilusão difundida pelo governo Dilma e pela oposição burguesa vai continuar.

Mas essa luta pode se transformar numa grande corrente de opinião com as greves, com a conversa entre os explorados e oprimidos. Os professores e estudantes desse país podem assumir, além de sua pauta imediata de reivindicações, a luta pelos 10% do PIB já para a educação. ■

Opinião faz 15 anos!

Vem aí a edição especial comemorativa

No dia 31 de maio de 1996, foi publicado o primeiro número do Opinião Socialista.

Nestes últimos 15 anos, o Opinião teve projetos, formatos e periodicidade diferentes, mantendo, no entanto, a mesma concepção de imprensa de Lênin – o jornal como um "organizador coletivo" do partido. Enquanto a quase totalidade das organizações de esquerda abandonou o jornal como instrumento de construção e intervenção política, o PSTU reafirma, a cada momento, a centralidade do órgão como parte da concepção leninista de partido.

A trajetória do Opinião Socialista, contudo, não começou em 1996. Pode-se dizer que a história da imprensa do PSTU se confunde com a própria existência da organização no país, cuja tradição se estende por mais de 30 anos.

Para contar um pouco dessa história e discutir a atualidade e a importância do jornal, a próxima edição do jornal será comemorativa aos 15 anos Opinião Socialista. Confira!

Na conta de Aldo Rebelo

Desmatamento na Amazônia quintuplica e está diretamente relacionado à expectativa de mudança nas regras do Código Florestal propostas pelos ruralistas e pelo deputado do PCdoB

JEFERSON CHOMA, da redação

Medições realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que o desmatamento da Amazônia perdeu o controle. Imagens de satélite mostram que o ritmo de desmatamento da floresta aumentou mais de cinco vezes em apenas dois meses (março e abril), um crescimento de 473% em comparação com o mesmo período de 2010. Os satélites registraram o corte de 593 quilômetros quadrados de florestas, uma extensão equivalente a quase a metade da cidade de São Paulo. Mato Grosso foi o estado que registrou o maior avanço das motosserras - 80% do total.

Mas é no acumulado entre agosto e abril que toda a dimensão da devastação se mostra. Os dados registram mais de 1,8 mil quilômetros quadrados. Só para comparar, isso corresponde a uma área maior que toda a extensão do município de São Paulo.

A nova onda de desmatamento na Amazônia mostra pelo menos dois aspectos. Primeiro, nunca houve um controle efetivo por parte do governo federal para evitar a devastação da floresta. Ou seja, toda a propaganda sobre a queda do desmatamento feita pelo governo é uma farsa. Segundo, o avanço das motosserras está diretamente relacionado à expectativa de mudança nas regras do Código Florestal pela Câmara, proposta pelos ruralistas e pelo camarada do agronegócio, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB).

VAI TER MAIS DESTRUIÇÃO

As mudanças no Código Florestal vão aprofundar o cenário de destruição. As modificações liberam mais de 420 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas, que ficarão à mercê da sanha do agronegócio. Para se ter uma noção, essa área é equivalente a quase duas vezes o estado de São Paulo. São áreas às margens de rios e nas encostas de morros – além de Áreas de Preservação Permanente (APPs) desmatadas até 2008 - que terão a ocupação liberada para o agronegócio, em consequência da flexibilização.

Outro resultado é o perdão aos desmatadores. Aldo e a bancada ruralista (todos da chamada base aliada do governo) defendem o não reflorestamento obrigatório das áreas já desmatadas.

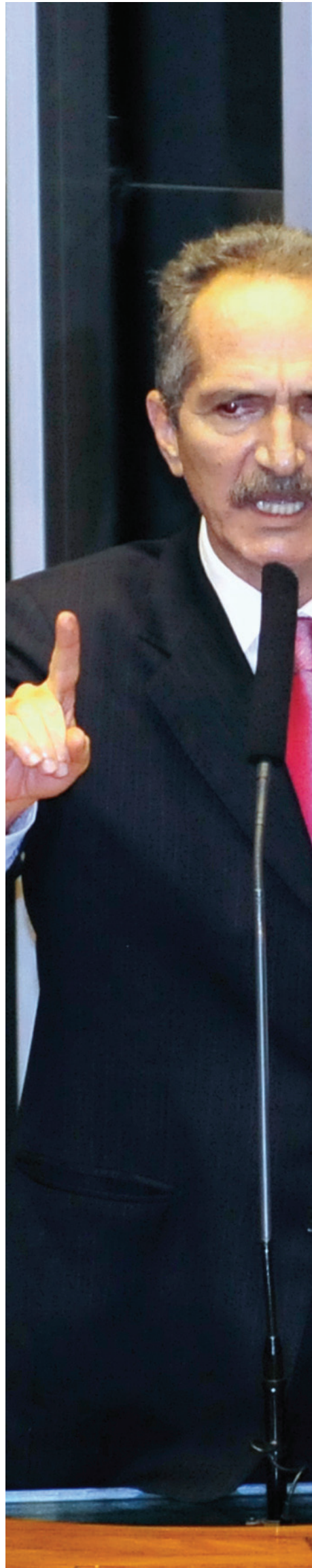
Outra medida prevê que propriedades de até quatro módulos fiscais (de 20 a 400 hectares) sejam dispensadas de preservar a vegetação nativa em parcela, a chamada reserva legal.

Os ruralistas dizem que isso vai ajudar o "pequeno produtor", mas na prática vai servir para que os grandes latifundiários possam parcelar suas terras e, assim, desmatá-las sem punição. A proposta do deputado do PCdoB é tão vergonhosa que até mesmo o governo, temeroso do desgaste que isso causaria, exigiu alterações nos últimos dias.

Mas o governo também tem responsabilidade na modificação do Código Florestal, principalmente os deputados do PT, que tentam posar de defensores do "meio ambiente", contra os interesses dos latifundiários. O governo possui ampla maioria na Câmara e poderia, se quisesse, enterrar de uma vez por todas esse novo código. Mas o projeto foi adiante no Congresso em troca de acordos que envolviam anistia aos desmatadores, cargos na máquina do Estado, moeda de troca nas eleições para a presidência do Legislativo e muito dinheiro para as campanhas eleitorais dos deputados.

> Mudanças no Código Florestal vão liberar para o desmatamento uma área duas vezes maior que o estado de SP, que ficarão a mercê do agronegócio

Por outro lado, a intenção do governo Dilma é aprovar uma reforma que, ao mesmo tempo que flexibilize as atuais normas ambientais, não cause maiores desgastes. O que esperar de um governo que deu o licenciamento ambiental para a transposição do rio São Francisco e as grandes hidrelétricas na Amazônia? Ou ainda, liberou o cultivo das sementes geneticamente modificáveis (transgênicos), tão combatidas por ambientalistas e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)? ■

RENATO ARAÚJO/ABR

SOB APLAUSOS, camisas e cartazes de apoio dos ruralistas Aldo Rebelo defende o novo Código Florestal no plenário da Câmara

Camarada do agronegócio

Quais seriam os motivos para Aldo ser o maior defensor do agronegócio, colocando-se ao lado de Kátia Abreu (DEM-TO) e Ronaldo Caiado (DEM-GO)? Considerando as doações eleitorais, pode-se especular que tal orientação seja mais pragmática que ideológica. O deputado do PCdoB, por exemplo, recebeu durante a campanha eleitoral pelo menos R$ 130 mil de produtores de café, cana e laranja, além de R$ 70 mil da Bunge Fertilizantes.

Segundo reportagem da revista Istoé, pelo menos 27 deputados e senadores seriam representantes diretos dos latifundiários. Ou fazendeiros propriamente ou financiados pelos R$ 45,5 milhões distribuídos pelo setor durante a campanha de 2010.

PCdoB no fundo do poço

Mas o velho partido (que de "comunista" só tem o nome) não é apenas aliado dos ruralistas, também é um generoso camarada das empreiteiras. Logo após a votação do código, o governo Dilma pretende aprovar no Congresso uma medida provisória que inclui mudanças nas regras de licitação para as obras da Copa. Trata-se de um projeto que pretende "flexibilizar" as regras estabelecidas pela lei de licitação (Lei 8.666). O parecer do projeto já foi apresentado pela relatora, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que não por acaso é do mesmo partido do ministro dos Esportes, Orlando Silva. O modelo "alternativo" recebeu o nome de Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Segundo Jandira, a lei de licitações é "pouco eficaz em diversas áreas, ainda mais se considerados os desafios de realizar os maiores eventos esportivos do mundo". As empreiteiras aplaudem.

Congresso da ANEL organizará luta contra o PNE

Congresso de fundação da ANEL em 2009

GLÓRIA TROGO,
da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

Nos dias 23 a 26 de junho, centenas de delegados, eleitos em todo o país, estarão reunidos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Primeiro Congresso da ANEL. No congresso, serão debatidos temas em plenário e em grupos de discussão: as revoluções do mundo árabe e a juventude nas lutas da Europa; a situação do Brasil e da educação; a luta contra toda forma de opressão; e a nossa concepção de entidade, finanças, funcionamento da ANEL e trabalho de base.

Além disso, ainda serão debatidos, em painéis temáticos simultâneos, diversos outros temas de enorme importância para a juventude brasileira, como: meio ambiente; transporte público; cultura e mídia independente; violência urbana e legalização das drogas; saúde; reforma agrária; esportes; e criminalização dos movimentos sociais.

Com muito debate, democracia e independência, o congresso é mais um passo na construção de um movimento estudantil novo. Muitas tarefas estarão colocadas para aqueles que, nesses dois anos, vêm construindo a ANEL e para os que se somaram nesta jornada durante a construção do Primeiro Congresso.

LONGE DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO

O governo Dilma encaminhou ao Congresso Nacional o PL 8035/10, que estabelece o novo Plano Nacional de Educação. Depois do balanço desastroso do antigo PNE, que terminou com mais da metade das metas não cumpridas, o novo plano deveria servir para tirar o Brasil do atraso secular no terreno da educação. Para isso, uma primeira medida seria essencial: aumentar qualitativamente o investimento público em educação pública, destinando 10 % do PIB para a educação.

Todas as análises do antigo PNE, inclusive aquelas feitas pelos especialistas do governo, afirmam que a ausência de recursos é o principal fator para o fracasso na erradicação do analfabetismo, no combate à evasão escolar, na valorização do professor, na ampliação do acesso ao ensino superior. Parece piada, mas o governo Dilma não cumpriu nem as resoluções da Conferência Nacional de Educação promovida e totalmente controlada pelo MEC.

O PL repete a proposta dos 7% do PIB, meta que deveria ter sido atingida em 2007, não fosse o veto de FHC em 2001 e a anuência do governo Lula durante os seus oito anos de mandato. Os prazos são longos: 7% para 2020. É preciso alertar o governo Dilma que as crianças e jovens não podem esperar tanto tempo.

UM ATAQUE GLOBAL À EDUCAÇÃO PÚBLICA

Verba pública para a educação pública. Parece uma equação simples e bastante lógica. Infelizmente, o governo Lula fez o oposto. Os projetos aplicados na educação superior foram marcados pela mercantilização do ensino público, com a aprovação de metas quantitativas inversamente proporcionais à qualidade do ensino, e pelo incentivo ao ensino privado. O ensino pago cresceu duas vezes mais que o público. Lucrou muito à custa do dinheiro de milhares de trabalhadores que, sem acesso à universidade pública, gastam boa parte dos seus salários nas altíssimas mensalidades das faculdades pagas por não terem alternativa para estudar. O setor lucrou, também, graças ao dinheiro do Estado. Foram inúmeros incentivos, isenções de impostos, empréstimos do BNDES e até mesmo mecanismos de transferência direta de recursos.

Nossa crítica ao novo PNE não se limita à insuficiência de verbas. Esse projeto é um ataque global à educação, uma síntese dos principais projetos educacionais implementados na última década, seguindo à risca as orientações do Banco Mundial. O ProUni, o Reuni, o Novo Enem, o Fies, o ensino à distância e o recente Pronatec significaram uma verdadeira contrarreforma do ensino superior e estão todos incorporados ao novo PNE.

O PAPEL DA UNE

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fundamental na defesa de cada um desses projetos no interior do movimento estudantil. Mesmo em 2007, no auge das ocupações de reitorias contra o Reuni, a entidade se manteve fiel ao governo e combateu, em alguns lugares até fisicamente, os estudantes que se insurgiram contra o decreto.

Todos os congressos da UNE votaram com ampla margem de diferença o apoio à Reforma Universitária. O congresso da UNE que se aproxima não será diferente. Aprovará o novo PNE como a solução de todos os problemas educacionais e legitimará o discurso do governo segundo o qual o plano foi construído "ouvindo os movimentos sociais".

Apesar de elogiar o projeto, a UNE defende a aplicação de 10% do PIB nos próximos dez anos ao invés dos 7% defendidos pelo governo. Este é o único ponto de divergência.

Abandonar ou enfraquecer a luta pela formação de uma consciência crítica ao PNE em nome de uma suposta unidade em torno dos 10% do PIB é um erro grave. Isso não quer dizer que não devamos apoiar e impulsionar iniciativas unitárias. O plebiscito nacional pela aplicação imediata de 10% do PIB na educação, que está sendo articulado entre diversos setores, é um exemplo disso. Mas essa campanha só será útil para a luta pela educação pública, gratuita e de qualidade se a fizermos no marco de uma grande batalha contra o PNE do governo. ■

Organizar a resistência numa forte campanha

Os mais de mil delegados eleitos até este momento começarão a debater, na próxima semana, as propostas de resoluções ao congresso. Antes e durante o congresso, discutiremos a fundo uma proposta para a educação, resgatando e atualizando o programa defendido historicamente pela esquerda. Será debatido, entre outras coisas, o PNE da sociedade brasileira. O documento, aprovado em 1997, sistematizava uma proposta para a educação que nunca foi aplicada por FHC nem por Lula.

O trabalho de base cotidiano da entidade estará dedicado a construir, nas salas de aula, nos centros acadêmicos e nos DCEs, a educação que queremos, contribuindo para a formação de uma consciência crítica em relação à realidade social e aos projetos que são implementados na contramão das necessidades da juventude.

Não pensamos, porém, que os ativistas agrupados na ANEL enfrentarão sozinhos o projeto. O Congresso Nacional de Estudantes que fundou a entidade definiu por manter suas fronteiras abertas àqueles que ainda estão na UNE. Apesar de não guardarmos qualquer esperança na disputa desta entidade e dos seus fóruns, não é pré-requisito para participar da ANEL romper com a UNE. Neste sentido, nosso convite à esquerda da UNE para que venha ao Primeiro Congresso segue firme e forte.

O minério tem que ser nosso

Diante de "boom" do setor mineral no Brasil e no Mundo, e de iniciativas do governo Federal para aprovar um "Novo Marco Regulatório da Mineração", o PSTU junto com outros partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais e ambientais lançam campanha em defesa das nossas riquezas

HERMANO MELO, de Belo Horizonte (MG)

A Mineração está vivendo um verdadeiro "boom" no Brasil e no mundo. A demanda por minério de ferro vem crescendo significativamente desde 2003, baseada principalmente no crescimento econômico da China.

A produção global chegou ao patamar de 2,4 bilhões de toneladas, sendo a China o maior produtor mundial, com 600 milhões de toneladas/ano e também o maior consumidor, chegando sozinha a 1 bilhão de toneladas/ano.

O Brasil é o segundo produtor mundial de minério de ferro, produzindo 370 milhões de toneladas/ano[1]. Os principais estados produtores são Minas Gerais (71%) e Pará (26%), que juntos respondem por 97% do minério de ferro do Brasil. O plano do governo e das empresas é triplicar a produção atual nos próximos 20 anos, chegando a 1 bilhão de toneladas até 2030!

Portanto, o que aconteceu nos últimos anos, foi que o Brasil passou a se especializar como um dos maiores exportadores mundiais de commmodities, principalmente ligados ao agronegócio e minério de ferro. Mais de 80% o de todo o minério brasileiro é exportado sem agregação de valor.

As consequências disso são desastrosas para o Brasil, pois o país se tornou completamente dependente da China e demais países importadores. Qualquer crise nestes países terá efeito imediato no Brasil.

Este papel dependente do mercado mundial está gerando vários problemas no Brasil: a "reprimarização" das exportações, em que a exportação de produtos industriais perde peso para os bens primários; um déficit na balança comercial, pois exportamos minério de ferro de baixo valor agregado (138 dólares a tonelada) e importamos produtos manufaturados mais caros; deixamos de gerar empregos no Brasil, pois a extração mineral gera menos empregos do que a siderurgia e outros setores industriais.

O impacto social e ambiental da mineração

O governo e a imprensa oficial brasileira gostam de vender a mineração como um negócio que está ajudando a construir um "ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento" no Brasil. O que eles não dizem, são os custos disso

A mineração é uma atividade de alto impacto social, trabalhista e ambiental. Quando a mineração se instala em uma cidade, as consequências são imediatas. A população aumenta desordenadamente, com trabalhadores atraídos pela ilusão do emprego fácil. Os problemas de transporte, moradia, educação e saúde pública aumentam, pois o sistema não comporta tal expansão. A cidade se torna dependente das mineradoras, que passam a determinar os rumos da política local.

Os trabalhadores da mineração, são o segredo dos altos lucros das empresas. O salário é baixo (em média R$ 1.400 na Vale); o ritmo de trabalho e as metas são intensas, com uma média de 32 viagens de carregamento de minério por trabalhador, a cada 6 horas. O setor é o 1º lugar em acidentes de trabalho e todos os anos acontecem acidentes fatais.

O impacto ambiental é violento. A mineração polui o ar, devido à poeira em suspensão, que causa sujeira e doenças respiratórias; destrói serras e matas, pois as minas a céu aberto precisam desmatar a vegetação existente e recortar o perfil das serras, e mata as nascentes de água, pois utiliza muita água, rebaixando os lençóis freáticos.

QUEM GANHA SÃO AS GRANDES EMPRESAS

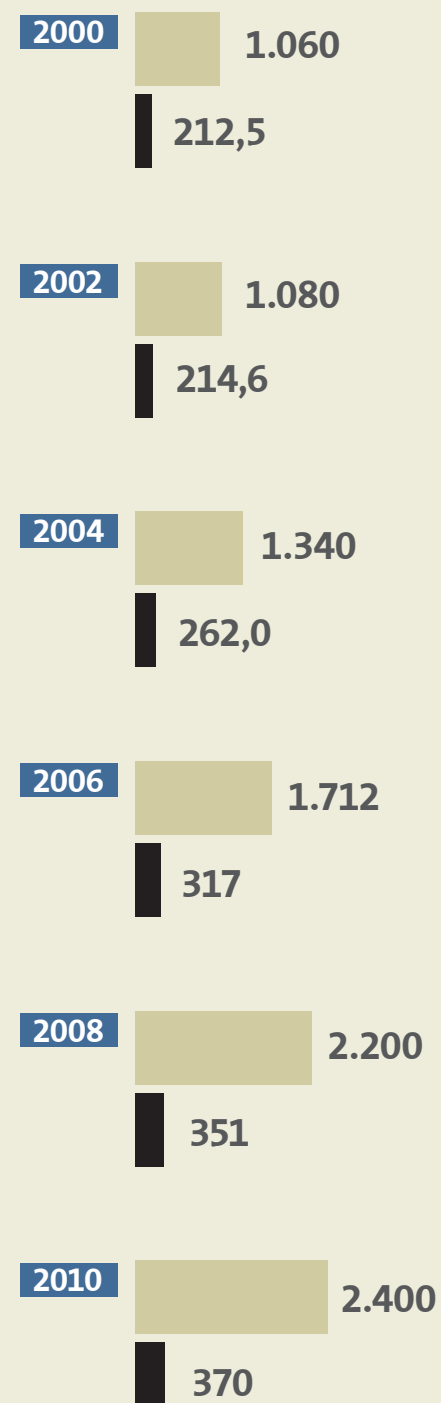
Mas se este modelo é tão nocivo para o Brasil, por que ele vem sendo mantido e intensificado? A chave desta questão está na dominação das grandes empresas sobre o setor mineral.

Apesar do baixo valor agregado ao minério de ferro, este negócio é altamente lucrativo para as empresas, gerando um alto retorno, maior até do que os bancos.

O mercado brasileiro é dominado pela Vale (79%), CSN (7,4%) e Anglo American/MMX (3%), que juntas detêm 90% da produção nacional.

A Vale é maior produtora de minério de ferro do mundo, com 119 mil funcionários e presença em 38 países. Ela produz 300 milhões de toneladas/ano, extraindo o minério a um custo de US$20, e vendendo a US$ 190. O retorno médio do investimento da empresa é de 47% (!), chegando a um lucro recorde de R$ 30 bilhões em 2010. Os números das demais empresas, apesar de menos exuberantes, refletem a mesma realidade: a alta lucratividade da atividade mineral.

Além dos altos lucros, as empresas pagam poucos impostos e têm relações íntimas com os governos. Os Royalties sobre a mineração (CFEM) são de apenas 2% sobre o lucro líquido, quando os do Petróleo são de 10%. A mineração é isenta de ICMS sobre a exportação, instituída pela chamada "Lei Kandir". Mesmo assim, a Vale deve R$ 5 bilhões ao governo, já que não paga o imposto desde 2001.

Por fim, as mineradoras são grandes financiadoras das campanhas eleitorais. É o caso da Vale que foi uma das maiores doadoras da campanha de Dilma (R$ 18,4 milhões de reais) através de suas subsidiárias Vale Manganês, Itabrasco, Kobrasco, Nibrasco, Fosfértil e Ultrafértil. e em troca conseguem isenções fiscais e vista grossa dos órgãos ambientais, que concedem licenças de funcionamento irresponsáveis e ilegais.

Novo Marco Regulatório da Mineração

No discurso, o governo afirma querer mais controle sobre a atividade mineral, aumento dos royalties e mais investimentos no mercado interno, o que segundo ele permitirá agregação de valor ao minério, bem como fiscalização das empresas para que se preocupem mais com a saúde e segurança nas minas e com o meio ambiente. O problema é que o modelo proposto pelo governo não garante estes objetivos aparentemente tão nobres.

O projeto propõe o aumento dos royalties de 2% para 4%, continuando a isenção do ICMS sobre exportação, o que é muito pouco para uma atividade tão lucrativa, um verdadeiro absurdo. Além disso, o governo não propõe nenhuma destinação social e ambiental para este dinheiro, deixando o caminho livre para o desvio de recursos.

O projeto propõe ainda uma expansão vertiginosa da mineração, baseada no mercado interno. Os problemas relacionados a isso são evidentes: vão aumentar os problemas de saúde e segurança dos trabalhadores, com aumento do ritmo de trabalho, mais acidentes e mais mortes; vai aumentar a degradação ambiental, com mineração na região amazônica, em terras indígenas, em faixas de fronteira e em reservas ambientais, como a Serra do Gandarela e a Serra Casa de Pedra em Minas Gerais e a Serra de Carajás, no Pará.

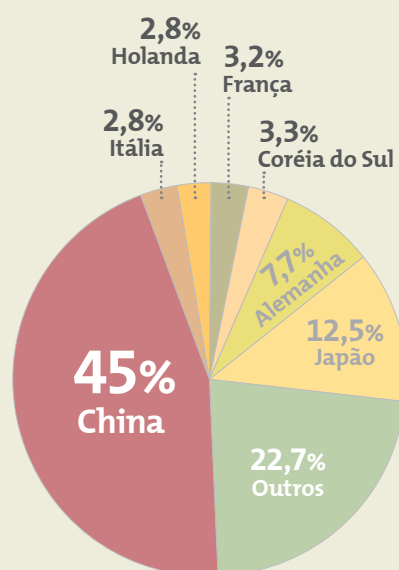
Outro objetivo do projeto é atrair mais empresas e investimentos para o setor. Isso já está gerando uma verdadeira "corrida do ouro" no Brasil, com expansão da mineração no Norte de Minas, através de empresas chinesas, a expansão da CSN em Congonhas, o mega projeto de Vale em Carajás, no Pará; a instalação da AngloGold em Conceição do Mato Dentro-MG e da CSA no Rio de Janeiro.

Por fim, o projeto prevê que o setor será dirigido por uma Agência Reguladora que terá o poder de outorga dos direitos minerários, seguindo os modelos das telecomunicações e da energia elétrica. O resultado deste modelo já é conhecido: aumento das tarifas de energia e telefonia e privatização total dos setores. Na mineração, isso significará colocar o controle do setor diretamente nas mãos das empresas.

Preço dos minérios
(por tonelada seca longa)

Ano	Preço
2000	28 dólares
2002	29 dólares
2004	37 dólares
2006	76 dólares
2008	138 dólares
2010	140 dólares

Países compradores do Minério de Ferro brasileiro (2010)

Fonte dos dados: Sinterbase/USGS/DNPM

A Campanha "O Minério tem que ser Nosso"

Por todos estes motivos, o PSTU junto com outras organizações está lançando uma campanha nacional para discutir um novo modelo para a mineração no Brasil.

Um importante instrumento da campanha será a apresentação de Projetos de Lei dos Royalties, tanto no Congresso Nacional, quanto nas Assembléias Legislativas de Minas Gerais, do Pará e outros estados mineradores.

Seguem abaixo algumas das principais bandeiras desta campanha:

AUMENTO DOS ROYALTIES PARA 10%

Defendemos o aumento dos Royalties para 10% do faturamento bruto das empresas e a Cobrança de ICMS sobre exportação (fim da lei Kandir). Deve ser obrigatório que estes recursos sejam investidos em saúde pública, educação pública, moradia popular e preservação ambiental. Deve ser criado um fundo controlado pelos trabalhadores e população através de suas entidades representativas que decida sobre a aplicação dos recursos, devendo ser estendido aos municípios atingidos pela Mineração, e não apenas aos municípios produtores. Definição de mecanismos efetivos de fiscalização, controle e punição para combater a sonegação fiscal. Fim do financiamento público subsidiado às mineradoras.

DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Cumprimento rigoroso das normas de saúde e segurança dos trabalhadores, com fiscalização e penalidades previstas no próprio marco regulatório; fim das terceirizações; fim das metas de produtividade; extensão dos direitos de organização de base e representação sindical; ampliação dos direitos das mulheres trabalhadoras; Aumento salarial progressivo até alcançar 10% do faturamento das grandes empresas; PLR de 8% sobre o Lucro Líquido, com incorporação ao salário base.

Selo da campanha "O minério é nosso"

DEFESA DO MEIO AMBIENTE E MUNICÍPIOS MINERADORES

Proibição da mineração em áreas de preservação ambiental (matas, nascentes e outras); todo novo empreendimento só poderá funcionar com consulta prévia efetiva da população atingida (plebiscito); luta contra remoção de comunidades atingidas e contra a criminalização dos movimentos sociais que atuam na mineração; nas áreas em operação, empresas devem ser responsáveis por medidas que evitem a poluição ambiental e recuperação das regiões mineradas;

REESTATIZAÇÃO DA VALE, CSN E USIMINAS

Defesa de uma Política de Agregação de Valor ao minério no Brasil. Mineradoras devem ser obrigadas a investir em siderurgia, na indústria de transformação, nas vendas mercado interno, em desenvolvimento tecnológico. Defendemos ainda que todos os insumos usados na mineração sejam adquiridos 40% nos municípios mineradores, 80% nos estados mineradores e 100% no Brasil. Mas não queremos que este processo seja direcionado para benefício das empresas privadas nacionais e multinacionais, mas sim para benefício dos trabalhadores e população. Para isso, é necessário fortalecer a luta pela Reestatização da Vale, CSN, Usiminas e demais empresas privatizadas, e defender um modelo de exploração mineral que cumpra função social, do contrário este desenvolvimento não servirá para melhorar a nossa vida e desenvolver o Brasil.

REALIZAÇÃO DE UM PLEBISCITO OFICIAL

A Mineração é assunto estratégico, pois trata da exploração de nosso subsolo, assunto que tem a ver com a defesa da Soberania Nacional. Por isso, defendemos a realização de um Plebiscito Oficial em todo o país, como condição para aprovação de qualquer marco regulatório e Projeto de Lei de Royalties. Além disso, defendemos que todas as discussões sejam feitas de forma pública, através de consulta às entidades e movimentos sociais representativos dos trabalhadores e população atingida pela mineração. Qualquer órgão criado deve ter seus membros eleitos de forma direta e com representação dos trabalhadores e da comunidade.

Veja!

Blog da campanha
www.campanhaminerio.blogspot.com
e-mail: campanhaminerio@yahoo.com.br

O sombrio quadro da educação no Brasil

Enquanto a população se revolta com o quadro precário do ensino, governo Dilma corta R$ 3 bi da Educação

DIEGO CRUZ, da redação

No vídeo, a fala contundente de uma professora da rede pública do Rio Grande do Norte. Em palavras simples e diretas, a realidade da situação precária da educação no estado, que é a mesma em todo o país. O vídeo de um discurso da professora e militante do PSTU Amanda Gurgel numa audiência pública virou um fenômeno nas redes sociais da internet e causou uma verdadeira comoção nacional. Mas por que algo aparentemente tão simples causou tanto estardalhaço?

A resposta está na identificação de milhares de professores, pais, alunos e da população em geral com as palavras da professora potiguar. Todos sentem na pele a precariedade da educação, as salas superlotadas, a falta de infraestrutura, os salários baixos. Faltava alguém que expressasse isso e falasse o que todos queriam dizer. E foi o que fez Amanda Gurgel.

DILMA: 3 BI A MENOS PARA EDUCAÇÃO

Diante da situação do ensino no país, o governo e boa parte da imprensa responsabilizam os professores, justamente as maiores vítimas. Os verdadeiros culpados, porém, são os sucessivos governos que cortam recursos da educação para o pagamento da dívida pública, transformando escolas em verdadeiros depósitos de crianças e adolescentes.

Em 2001, ainda durante o governo FHC, o congresso aprovou o Plano Nacional de Educação, o PNE, que estabelecia uma série de objetivos para a década. Entre eles, a erradicação do analfabetismo e o progressivo aumento da verba de educação para 7% do PIB. Medidas mínimas, para não dizer rebaixadas. Dez anos depois, após oito anos de governo Lula e um semestre com Dilma na Presidência, o país continua praticamente no mesmo lugar, apesar do crescimento econômico do último período.

A proporção do PIB investida na Educação é de apenas 4%. Não teve aumento nos últimos dez anos. O analfabetismo, por outro lado, teve uma redução de apenas 0,5% nesse período. Chegamos à primeira década do século 21 com uma vergonhosa marca de 9,5% da população adulta analfabeta.

Para se ter uma ideia, o Brasil, sétima economia do mundo, aparece em 88º lugar entre 127 países no ranking da Unicef sobre educação. O ranking estabelece a evolução de cada país para atingir metas definidas na Conferência Mundial de Educação em 2010. Ainda que possa ter seus critérios questionados, a posição do Brasil, atrás de países como Botswana (84º) ou até da Palestina (76º), pode dar uma mostra da real situação.

Esse é o resultado de anos de descaso e desmonte deliberado da educação pública. Situação que só tende a piorar diante do corte de R$ 50 bi anunciado pelo governo Dilma, dos quais R$ 3 bi atingem a educação.

PROFESSORES ESTÃO FICANDO DOENTES

Na estrutura precária da educação pública, o professor é o elo mais fraco. A lei do piso nacional, aprovado em 2008, estabelece salário de R$ 1.187,14, mas é sumariamente ignorado.

Chegamos a um nível em que os professores, assim como operários superexplorados numa fábrica, estão adoecendo em massa. Levantamento do Ilaese (Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos) indica que 45% dos trabalhadores em educação do país sofrem de estresse e nada menos que 20% apresentam sintomas de depressão.

NÃO PAGAR A DÍVIDA E INVESTIR 10% EM EDUCAÇÃO

Enquanto o governo continuar privilegiando o pagamento da dívida pública, a situação degradante da educação não vai mudar. Por isso é necessário, imediatamente, parar de pagar a dívida pública para investir 10% do PIB no setor. Só assim será possível aumentar o número de salas de aula, garantir infraestrutura e salário digno aos professores.

Greves e mobilizações agitam estados

Professores da rede pública estadual estão mobilizados em várias regiões do país. Dezessete estados chegaram a entrar em greve por melhores salários e condições de trabalho. Os professores do Maranhão fizeram greve por mais de 70 dias. Enquanto fechávamos essa edição, os professores do Rio Grande do Norte, Ceará e Santa Catarina continuavam parados.

Oposição chega forte nas eleições da Apeoesp

No dia 9 de junho, ocorrem eleições para a diretoria da Apeoesp, o sindicato dos professores de São Paulo. Polarizam a disputa a Chapa 1, (ArtSind, CSC e OT), da situação, e a Chapa 2 (Oposição Alternativa/CSP-Conlutas, Na Escola e na Luta/Intersindical, Unidos, ASS e POR). Das 93 subsedes, a Chapa 2 disputa a eleição em 63, sendo hoje direção de 30. Na eleição anterior, a oposição teve 40% dos votos, e esta é uma das chapas mais fortes de oposição que construímos.

O governo Alckmin tenta ludibriar a categoria, anunciando um reajuste irreal de 42,2% em quatro anos, mas que, na prática, vai ser bem menor. Na contramão dos professores que entenderam a manobra do governo, a direção majoritária da Apeoesp adiou a assembleia que ocorreria no dia 20 de maio para 17 de junho, após a eleição do sindicato e, provavelmente, após votação da matéria na Assembleia Legislativa. Encerrar a campanha salarial foi um absurdo. Por isso, a campanha da Chapa 2 se fortalece em todo o estado.

‘A gente tem de transformar toda essa angústia em ação’

DIEGO CRUZ, da redação

A professora Amanda Gurgel responde às entrevistas da mesma forma em que discursa no vídeo que foi visto por mais de um milhão de pessoas: de forma simples, direta e autêntica. A ativista fala ao Opinião sobre o fenômeno nas redes sociais, a situação precária do professor no país e de sua militância no PSTU.

OPINIÃO – EM QUE OCASIÃO O VÍDEO FOI GRAVADO E A QUE VOCÊ ATRIBUI TANTA REPERCUSSÃO?

Amanda Gurgel – Foi numa audiência sobre educação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Foi aberto um espaço para quem quisesse falar, e eu me inscrevi. A repercussão se deu pelo fato de a fala de ter sido dirigida à secretária de Educação, aos deputados, quer dizer, figuras as quais as pessoas normalmente não costumam se dirigir porque se sentem constrangidas. O outro aspecto, acho, teve a ver com a carga emotiva, porque essa é uma coisa que eu presencio na minha rotina. E por último a carência de representação que os professores do país inteiro têm passado. Com o atrelamento que as direções têm com os governos, cada vez mais as categorias têm se sentido sem representantes. Quando aparece uma pessoa que realmente fala em nome delas, elas se sentem representadas.

COMO VOCÊ DESCOBRIU QUE O VÍDEO ESTAVA REPERCUTINDO NA INTERNET?

Depois da audiência, eu recebi a ligação de um professor que eu não conhecia dizendo que tinha conseguido transformar o vídeo num arquivo que podia ser compartilhado e pediu autorização para postá-lo no YouTube. Eu autorizei e, no dia seguinte, já era uma coisa incrível, o vídeo já tinha muitos acessos. Eu não tinha ainda a dimensão. Dois dias depois, a gente teve uma assembleia, e as pessoas vinham parabenizar, tirar foto. E eu sem entender o que estava acontecendo, até porque eu não participava das redes sociais.

OS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE ESTÃO EM GREVE, FALE UM POUCO SOBRE A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO LÁ.

Estamos em greve porque não temos outra opção, diante da situação em que estamos. Para você ter uma ideia, começou o ano letivo na escola em que eu trabalho e não havia metade dos professores. Não tinha carteira suficiente, como até hoje não tem. Quando tem prova e todos os alunos vão para a aula, tem que ter revezamento de carteiras. E minha escola nem é uma das piores. No interior do estado, em Ceará Mirim, teve uma escola que os bombeiros tiveram que interditar, porque não tinha condições de funcionamento. Com o teto desabando, a fiação dando choque. Professores e alunos no banheiro tomando choque! É um caos generalizado!

E COMO A CATEGORIA REAGE A ISSO? EXISTE DESÂNIMO?

Existe. Ninguém estuda quatro ou cinco anos sonhando que vai ter que pegar três ônibus para chegar ao seu local de trabalho, que você vai morar em uma periferia e trabalhar em outra. Que quando chover, sua rua vai alagar e você não vai ter condições de morar em um lugar melhor. E que você vai trabalhar sem condições. Você pode até sonhar em ser professor, mas não nessas condições. É óbvio que as pessoas tenham certo desânimo. Mas eu noto também uma persistência. E esse momento, para categoria e pra mim em particular, está sendo uma injeção de ânimo. Já não vejo a hora de voltar para a escola, reencontrar os alunos. Estou querendo voltar para a sala de aula.

OS PROFESSORES SÃO UMA DAS CATEGORIAS MAIS ATINGIDAS PELAS DOENÇAS DE TRABALHO. VOCÊ PERCEBE ISSO NO SEU DIA-A-DIA?

Sim, vemos isso o tempo todo. Os professores sofrem desde doenças psicossomáticas, como depressão, transtorno bipolar, síndrome do pânico, síndrome de burnout... Além de pressão alta, cardiopatia, problemas relacionados à voz. Todos esses problemas nós vemos nos professores. Existe uma pressão por parte do governo para que o professor não saia da sala de aula, independentemente de sua condição, porque para eles o importante é que as crianças estejam dentro da sala, controladas. Independentemente de elas estarem aprendendo ou não.

E A QUE VOCÊ ATRIBUI A SITUAÇÃO PRECÁRIA DA EDUCAÇÃO HOJE?

À redução progressiva dos investimentos. A gente sabe que a política dos organismos internacionais para os países em desenvolvimento são políticas de investimentos cada vez menores na área. Então, obviamente, o resultado vai ser esse. Sem investimento, não há como ter qualidade. Como a gente vai mudar isso com esse Plano Nacional de Educação do governo que quer, em dez anos, avançar lentamente até ter 7% investidos? Do jeito que está, as perspectivas de mudança são praticamente nulas. É por isso que estamos chamando um grande movimento via internet, que também se estenda para as ruas, de investimento de 10% do PIB na Educação imediatamente. Não podemos mais esperar.

E QUAL A SOLUÇÃO PARA A EDUCAÇÃO?

Tenho dito que a gente tem de transformar toda essa angústia em ação. Isso significa que temos de ir para as ruas. Precisamos conciliar esse movimento na internet, que não podemos subestimar, ao nosso movimento de rua, de massas, porque está comprovado pela história que é o que funciona, o que pressiona os governos.

SUA CATEGORIA É MAJORITARIAMENTE FEMININA. VOCÊ PERCEBE O MACHISMO?

O machismo acontece sim. A opressão à mulher é uma realidade em todo lugar. A nossa condição de mulher como docente é ainda mais complicada. Porque a mulher ainda se coloca na condição daquela que cuida de lar. Então, imagina, muitas professoras trabalham três horários e quando chegam em casa ainda vão preparar o almoço. Chegam em casa 11h da noite e ainda vão preparar o almoço do outro dia para os filhos, o esposo.

O FATO DE VOCÊ SER MULHER E NORDESTINA CONTRIBUI PARA LEVANTAR OUTRAS QUESTÕES TAMBÉM?

Acredito que sim. Fora um ou outro comentário infeliz no YouTube, há muitas mensagens de apoio de todas as regiões. Mas as nordestinas, acredito que estão se sentindo representadas. Logo que saí do programa do Faustão recebi uma mensagem das minhas amigas, colegas de profissão, que estavam reunidas e disseram que eu era a melhor representante: ‘mulher, professora, nordestina e forte’.

Mulher, professora, nordestina e guerreira

COMO VOCÊ COMEÇOU A ATUAR POLITICAMENTE E COMO CONHECEU O PSTU?

Conheci o partido ainda na universidade. Eu era ativista no movimento estudantil e era próxima ao PT. Nessa época eu tinha aversão ao PSTU. Quando entrei na categoria de professores, percebi automaticamente como era vergonhosa a atuação da direção do sindicato, que na época era do PT e do PCdoB, e como era escancarada a promiscuidade deles em relação aos governos. Então, logo no começo eu já tinha me declarado como oposição, e não sabia direito o que era isso. As pessoas chegavam e diziam ‘você é oposição’, e eu ‘mas o que é oposição?’... Havia outros grupos de oposição, mas aos poucos a gente vai se situando. Eu me situei na oposição Conlutas a princípio. Aproximei-me do PSTU depois, observando a forma como os militantes se dedicam à causa dos trabalhadores. Eu fiz uma reflexão e vi que era muito confortável de minha parte ficar esperando uma greve para poder realizar qualquer atividade em defesa dos trabalhadores, enquanto aqueles militantes estavam diariamente nessa luta. Achei que era um dever meu dividir essa tarefa com eles, meus camaradas de Natal, que admiro muito e dos quais tenho muito orgulho. ■

“População pobre e trabalhadora é mais penalizada pelo caos do transporte”

O caos dos transportes públicos afeta milhões de trabalhadores em todo o país. Para falar dessa situação e da campanha salarial dos metroviários de São Paulo, o Opinião entrevistou o presidente do Sindicato dos Metroviários, Altino Prazeres

DA REDAÇÃO

COMO VOCÊ AVALIA A CRISE NO TRANSPORTE PÚBLICO, QUE NÃO AFETA APENAS SÃO PAULO, MAS TODO O BRASIL?

Altino Prazeres – Fizemos um seminário no sindicato e a conclusão foi de que existe uma priorização histórica do modelo rodoviário em contraposição ao metroferroviário, que significa transporte sobre trilhos.

Há países, como os EUA, em que o modelo metroferroviário é maior do que o rodoviário. No Brasil, é justamente o inverso. Aqui 70% do transporte são feitos pela rodovia. Isso afeta tanto o transporte da carga quanto a locomoção das pessoas nas grandes cidades e explica as razões do caos dos engarrafamentos.

Na verdade, existe, em nome das multinacionais automobilísticas, uma prioridade do transporte rodoviário. E no Brasil, ao contrário dos outros países, também houve um desmonte do que existia da malha ferroviária. A malha ferroviária do Brasil foi destruída. E agora, com o caos do trânsito, começa uma discussão muito importante sobre quais são as saídas. Obviamente, volta a proposta sobre a adoção do modelo metroferroviário. O desmonte da malha ferroviária, a falta da adoção de um modelo metroferroviário levou o nosso país a acumular décadas de atraso quanto ao transporte. O investimento público neste tipo de modelo seria a solução para o caos do trânsito e, também, para o transporte de cargas em geral no país, da produção industrial e agrícola.

No entanto, os governos não estão dispostos a financiar esse modelo. Veja o caso de São Paulo. Com o atual ritmo de construção do metrô da capital paulista, seria preciso, no mínimo, 60 anos para alcançar os 200 quilômetros de metrô necessários para atender a população.

Outro problema é que esse desmonte também influenciou a alta tarifa dos transportes. Aqui em São Paulo – e sabemos que em muitas outras cidades também – a tarifa aumentou muito mais do que a inflação. A população pobre e trabalhadora é mais penalizada. Nós achamos que o transporte deve ser subsidiado pelo poder público para que os trabalhadores paguem uma tarifa muito abaixo do valor que é cobrado hoje. A alta tarifa mostra que os governantes estão privando a população de seu direito ao transporte.

COMO O SINDICATO ESTÁ LEVANDO ESSA DISCUSSÃO PARA A POPULAÇÃO?

Altino – Desde dezembro, estamos distribuindo panfletos à população. Já distribuímos mais de 100 mil cartas aos usuários do sistema nas principais estações de metrô. Também estamos distribuindo um jornal na porta das estações. Nosso objetivo é dialogar com a população. Um dos temas que abordamos é justamente da tarifa abusiva. Em nossos materiais, mostramos como a tarifa do metrô de São Paulo é uma das mais caras do mundo, muito acima da inflação.

> O lema da nossa campanha salarial este ano é “Chega de sufoco”. Isso porque queremos mostrar tanto a insatisfação da população quanto a dos trabalhadores do metrô

Também participamos dos protestos contra o preconceito social manifestado pelos moradores de Higienópolis, tradicional bairro de elite da cidade. O Sindicato dos Metroviários de São Paulo repudia a atitude servil do governo Alckmin, de alterar o projeto original da construção da estação Angélica da Linha 6-Laranja, sucumbindo à exigência de uma ínfima parte de moradores que, movida pelo preconceito, recusou o metrô no bairro. Essa elite alegava que o metrô poderia trazer “gente diferenciada” ao bairro, isto é, trabalhadores pobres. Por isso, fomos ao “churrascão da gente diferenciada” para mostrar que estamos favoráveis à ampliação das linhas de metrô.

QUAL É A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DO METRÔ HOJE?

Altino – O lema da nossa campanha salarial este ano é “Chega de sufoco”. Isso porque queremos mostrar tanto a insatisfação da população quanto a dos trabalhadores do metrô. Há uma terceirização enorme, acompanhada por uma política de privatização através das Parcerias Público-Privadas (PPPs), já implementada na linha 4-Amarela, cuja construção ficou tristemente conhecida pelo desastre da estação Pinheiros que desabou e matou sete pessoas em 2007. Além disso, essa política de PPPs está sendo estendida pelo governo federal em algumas linhas que são controladas pelo Estado. Somos contra essa privatização disfarçada, contra a terceirização e os ataques aos direitos dos trabalhadores.

Por outro lado, constatamos que houve um aumento enorme de usuários, enquanto o número de trabalhadores metroviários não cresceu na mesma proporção. Estão faltando seguranças no metrô, agentes de estação, operadores de trem, pessoal da manutenção. Inclusive está faltando gente para o setor administrativo.

Se não houver hora-extra, o metrô não funciona. Se os metroviários resolvessem parar de fazer horas-extras, o metrô iria parar também. Por exemplo, se os seguranças não fizerem horas-extras, não tem gente pra garantir a segurança de eventos como os jogos de futebol. O sindicato é contra essa superexploração. Por isso, na última assembleia da categoria, orientamos os trabalhadores a não realizarem mais horas-extras.

Além dessa superexploração, há uma defasagem salarial. Os metroviários de 15 anos atrás tinham um determinado nível salarial. Hoje, porém, o nível é muito mais baixo. Combinado com isso, o metrô contratou os novos trabalhadores com salários muito menores. Isso criou uma realidade muito distinta entre os salários dos antigos e o salário dos novos. Na verdade, há uma redução dos salários que vem se acumulado por anos. Vamos fazer uma assembleia no próximo dia 26. Nossa campanha chegou a um momento decisivo. Caso o governo se mantenha intransigente, os metroviários de São Paulo podem parar. ■

Espanha: juventude e o povo saem às ruas e tomam praças

Desde o dia 15 de maio, a Praça Porta do Sol, principal praça de Madri, está ocupada por estudantes e trabalhadores. O protesto indica o enorme descontentamento popular com o governo, que culminou numa série de manifestações e ocupações das praças nas principais cidades do país. O protesto ganhou força na medida em que as eleições autonômicas e municipais se aproximavam. Os resultados das eleições do dia 22 de maio marcaram uma derrota contundente do presidente Luis Zapatero e de seu partido, o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol). Leia abaixo o artigo da Corriente Roja sobre as manifestações que sacudiram a Espanha.

CORRIENTE ROJA, de Madri

Sábado, 21, era o chamado "dia de reflexão" em razão das eleições que seriam realizadas no dia seguinte. A Justiça proibiu a ocupação da Praça da Porta do Sol, em Madri, e das demais praças do país. Mas esta proibição não teve a força necessária para usar a polícia contra os manifestantes, pois a população foi em massa às praças.

Na Porta do Sol, é difícil dizer quanta gente passou durante todo o dia. A praça transbordava desde a noite da sexta-feira até a madrugada de sábado e permaneceu muito cheia no domingo, dia das eleições. Durante todo o dia, chegavam velhos, jovens, mães com seus filhos, desempregados, trabalhadores, aposentados. A impressão era de que metade de Madri passou pela praça em diferentes momentos. Ao final do dia, um enorme cartaz, que dizia "Abaixo o regime. O Povo sem medo", foi pendurado num edifício e saudado pelos manifestantes. Todos gritavam sua principal palavra de ordem: "lo llaman democracia y no lo és... Oe, Oe, Oe...lo llaman democracia y no lo és" (o que chamam de democracia, não é).

Na tarde do sábado, uma coluna de militantes de Corriente Roja, de Cobas e de ativistas de sindicatos e organizações que se opõem à burocracia sindical de CC.OO e UGT [principais centrais sindicais do país], incendiaram a Porta do Sol com outras palavras de ordem: "aquí hace falta ya una huelga, una huelga, aquí hace falta una huelga general" (aqui falta uma greve geral).

OCUPAÇÃO VAI CONTINUAR

Uma assembleia decidiu continuar com o acampamento por mais uma semana, no mínimo, até que se organize a continuidade do movimento e a definição de um plano de ação. A continuidade já tinha sido votada na Praça Cataluña, em Barcelona.

O resultado das eleições de domingo expressam uma grande derrota do PSOE e do presidente Zapatero. Foi um voto de protesto que evidencia o tremendo descontentamento com a situação. A verdade é que o governo, o FMI e a União Europeia jogaram a crise em cima dos trabalhadores e da juventude, causando desemprego, destruição dos direitos sociais, ataque à Previdência, enquanto beneficiam banqueiros e capitalistas.

A JUVENTUDE SAIU À FRENTE...

O 15 de maio foi construído através das redes sociais da internet, chamando uma manifestação sob o lema "Democracia Real, Já. Não somos mercadorias em mãos de políticos e banqueiros".

Os organizadores se surpreenderam com a dimensão do movimento, que teve seu epicentro em Madri, onde 40 a 50 mil pessoas, jovens na maioria, ocuparam a Praça Porta do Sol. Manifestações eclodiram também em outras 50 cidades, como Barcelona e Sevilha, que reuniram respectivamente 15 e seis mil pessoas.

Assim, todos mostravam sua indignação com o governo, o regime, o PP, o PSOE, a Monarquia, a burocracia sindical de CC.OO e UGT, o sistema capitalista e, principalmente, com os banqueiros.

Mais de 50 praças foram tomadas na Espanha

Os ativistas não se cansavam de gritar: "PSOE y PP. La misma mierda és"; "banqueros a prisión", "la crisis que los paguen los capitalistas", "donde están que no se ven, CCOO y UGT", e "televisión, manipulación".

...E O POVO ENTROU NA LUTA

O governo iniciou uma repressão e prendeu 24 manifestantes. Mas a ação teve efeito contrário. Na noite do dia 16, a praça foi tomada por milhares de manifestantes. O povo foi à Porta do Sol em defesa da juventude, se somando à mobilização e expressando sua indignação. Nos dias seguintes, o acampamento foi se consolidando e ganhou protagonismo político, tomando o lugar das eleições nas páginas dos jornais e nos canais de TV. O acampamento se tornou o tema principal em todos os bares, bairros, conversas entre vizinhos, locais de trabalho e escolas.

A juventude seguiu nas praças à frente do movimento, que ganhou um componente popular ao atrair para a mobilização os imigrantes "sem papéis", aposentados, desempregados e trabalhadores. O componente antiburocrático foi um traço distintivo do acampamento. Foi emblemático o fato de a CC.OO fechar as portas de uma de suas sedes por medo do ódio dos manifestantes.

É muito importante e progressivo o impulso de autodeterminação, a disposição de luta, o sentimento antiburocrático e as tendências claramente anticapitalistas do movimento. São também muito positivos os pontos do programa que até o momento tem sido votado nas assembleias, como a defesa de emprego para todos; jornada de 35 horas semanais sem redução dos salários e subsídio indefinido aos desempregados enquanto não se garanta o emprego; moradia para todos; educação pública; defesa da Previdência pública; suspensão do pagamento da dívida; nacionalização do sistema financeiro; fim da monarquia e dos privilégios dos políticos.

Mas para seguir adiante é preciso conseguir a unidade com os trabalhadores. Para isso, além de incorporar as organizações que querem lutar, se faz necessário um plano de luta unificado. No dia 28 de maio, serão realizadas assembleias nos bairros e povoados de Madri. Seguramente, será algo que poderá crescer. Mas, a exemplo do que definiu a assembleia de Barcelona, será necessário definir um dia de manifestação que volte a tomar as ruas, incluindo os setores em luta e o movimento operário.

É preciso propor a necessidade de que toda mobilização possa confluir numa greve geral para derrotar os planos de ajuste e impor as reivindicações de movimento em relação a emprego, moradia, saúde, educação e também em relação às demandas democráticas.

Os trabalhadores podem, com sua ação, parar o capital e derrotar estes planos antioperários, o regime e os governos. É por isso, que a burocracia de CC.OO e da UGT realizaram um pacto para ajudar o governo, o PSOE e o PP [Partido Popular, da oposição de direita] a fazerem com que a crise recaia sobre os trabalhadores.

Para romper as amarras da burocracia e lutar, os trabalhadores precisam de organizações, democracia e unidade. Por isso, para que as lutas operárias se somem a esse movimento é necessária a unidade de todos que queiram lutar, ou seja, todas as organizações que chamam a luta devem não só participar e defender suas ideias, mas também devem ser convocadas a se somarem ao movimento. ■

Portugal: Geração à “Rasca” vai à luta

JOÃO REIS, do Ruptura/FER (Portugal)

Nos anos 80, a economia portuguesa sofreu alterações estruturais com a adesão do país à União Europeia. Para concretizar tal processo, a burguesia europeia traçou um plano de destruição do tecido produtivo português, da agricultura e da pesca, condenando-o a uma economia baseada no turismo, na construção civil e na distribuição de bens de consumo.

Como consequência, nas três últimas décadas, a economia portuguesa reduziu o seu crescimento, terminando 2010 como uma década marcada pela estagnação. Na década de 80, o PIB cresceu 3,8%. Já a última década teve um crescimento médio de 0,5%.

Nos últimos anos, a crise agudizou este processo de diminuição do crescimento. Assim como aconteceu em outros países, o governo injetou quase 4,5 bilhões de euros (mais de R$ 10 bilhões) direto para os bolsos dos banqueiros, enquanto, para os trabalhadores, aumentou de forma drástica o desemprego, hoje em 12,4%, e reduziu, da mesma forma, as verbas para áreas sociais (saúde, educação, subsídio de desemprego etc.).

JUVENTUDE E TRABALHADORES CONTRA ATAQUES

Para a juventude esta realidade econômica tem-se revelado mais dura. Para os jovens estudantes têm aumentado as dificuldades, com o aumento das taxas no ensino superior e a redução do número e do valor das bolsas de estudo. Já para os jovens trabalhadores a situação é igualmente ingrata. Além da grande maioria dos jovens qualificados, muitos com curso superior, exercerem funções para as quais apenas é exigido o ensino médio ou menos ainda, o trabalho precário socialmente desprotegido. O desemprego é um flagelo para a juventude. De todos os desempregados, atualmente cerca de 700 mil, cerca de 18% são jovens até 24 anos. Neste setor da população o desemprego encontra-se próximo de 30%.

É neste contexto que, no início de 2011, um grupo de jovens criou um grupo virtual na rede social Facebook intitulado de Geração à Rasca. O grupo lançou um desafio à população descontente com a atual situação: sair às ruas no dia 12 de março. Esse chamado encontrou uma população bastante massacrada pelos planos de austeridade e com vontade de lutar. Em várias cidades do país, grupos começaram a se reunir de forma autônoma, sem o apoio de nenhum sindicato ou partido, para organizar o protesto. Desta forma, no dia marcado, em Lisboa, no Porto, em Coimbra e em Braga, centenas de milhares de jovens estudantes, servidores públicos, desempregados, enfermeiros, professores encheram as ruas e praças do país, num número estimado em cerca de 200 mil manifestantes.

Este dia marcou o culminar de várias lutas de resistência às políticas de austeridade que vinham percorrendo várias categorias desde o ano passado. Entre os vários exemplos possíveis, encontramos os protestos dos enfermeiros no início de 2010 por mais contratações para o setor, contra a precariedade laboral, por um aumento salarial e um plano de carreira, que acabou por juntar 17 mil trabalhadores do setor num protesto nacional em Lisboa, e posteriormente a manifestação nacional da Conferação Geral do Trabalhadores Portugueses (CGTP) de 29 de maio do mesmo ano, que juntou 150 mil trabalhadores.

No final de 2010, no dia 24 de novembro, ocorreu a maior greve geral em anos. Já no início de 2011, com o aumento do impacto dos planos de austeridade na vida dos trabalhadores, os servidores da Administração Pública voltaram a sair à rua pela manutenção da jornada e contra congelamento de salários. Foram seguidos pelos trabalhadores dos transportes e comunicações (correios, metrô de Lisboa, entre outros) contra os cortes salariais, as privatizações e a destruição de postos de trabalho.

ELEIÇÕES ANTECIPADAS

Nesse cenário, desde o início do segundo mandato de Sócrates, em 2009, a oposição de direita, formada pelo Partido Social Democrata (PSD), tradicional partido da burguesia portuguesa, e o Centro Democrático e Social/ Partido Popular (CDS/PP), a extrema direita parlamentar, vinham adotando uma política de aumentar o desgaste do governo sem provocar sua queda.

Por outro lado, o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) mantiveram uma postura de autoconstruírem seus projetos eleitorais no contexto de uma situação quente na luta de classes, abdicando de um projeto alternativo eleitoral nas lutas que pudessem de fato substituir a austeridade de Sócrates por um governo de esquerda.

O clima gerado pelo descontentamento crescente e refletido pela grande mobilização da Geração à Rasca teve impacto na política da oposição de direita. Esta, que até então tinha viabilizado os PECs – planos de austeridade, denominados pelo governo de Planos de Estabilidade e Crescimento –, decidiu votar contra a quarta atualização da austeridade do governo. Pressionada por um ascenso que tendia a descontrolar-se, a burguesia se decidiu pela queda do governo, tentando canalizar, assim, o descontentamento para um processo eleitoral. Sócrates se demitiu no mesmo dia da votação do PEC4, e foram marcadas novas eleições para o dia 5 de junho.

NAS MÃOS DO FMI

O pano de fundo de todo este drama é uma crise econômica internacional que, na Europa, tem aparecido na forma da crise das dívidas públicas. À Grécia se seguiu a Irlanda e agora é Portugal quem está no olho do furacão. À semelhança dos restantes países, a dívida portuguesa advém dos bilhões de euros repassados pelo Estado aos bolsos dos banqueiros. Esta dívida é impossível de pagar sem um ataque esmagador aos trabalhadores e ao povo pobre. É por esta razão que depois de três planos de austeridade o governo se vê na necessidade de retirar ainda mais direitos.

Depois de rejeitado o quarto plano e após sucessivas avaliações negativas de agências financeiras sobre a viabilidade da dívida pública, Sócrates se dirigiu ao FMI e à União Europeia para, com sua ajuda, colocar em prática um aumento da exploração dos trabalhadores portugueses.

As condições impostas pelo FMI e pela UE para o resgate financeiro, aprovado em 78 bilhões de euros (R$ 180 bilhões), 52 bilhões sob responsabilidade da UE e o restante sob responsabilidade do FMI, implicam o congelamento salarial e a redução de trabalhadores nos serviços públicos; redução de verbas para educação e saúde; redução das aposentadorias; aumento de impostos ao consumidor; facilitação das demissões no setor privado; e redução do valor do subsídio de desemprego e da sua duração. Além disso, 12 bilhões de euros (R$ 28 bilhões) vão direto para os banqueiros, e o plano prevê a privatização de várias estatais, como a companhia elétrica EDP, a empresa aérea TAP, os correios e os aeroportos. ■

Saiba mais

“À Rasca”

“À Rasca” é uma expressão que, em Portugal, adjetiva alguém sem dinheiro ou numa situação difícil. Surgiu através de um jornalista que tentou desqualificar as manifestações estudantis contra a reforma da educação promovida pelo governo neoliberal de Cavaco Silva. Esta tinha como principal objetivo a introdução de taxas nas universidades públicas.

Suspensão do pagamento da dívida já!

Este plano reúne o consenso do atual governo demissionário e da oposição de direita que, paradoxalmente ou não, votou um plano semelhante do governo há menos de dois meses. Contudo, abre-se agora um debate na esquerda determinante para o futuro dos trabalhadores europeus. Que fazer frente à chantagem da dívida externa?

A proposta do Ruptura/FER, seção portuguesa da LIT-QI, é a suspensão do pagamento da dívida para garantir melhores condições de vida e trabalho aos trabalhadores e à população pobre. Não aceitar a suspensão da dívida é aceitar o pagamento de um roubo feito ao longo de anos pela burguesia nacional e internacional. É este o programa que deve assumir uma unidade BE-PCP que, forjada nas lutas, se coloque como alternativa eleitoral para um governo de esquerda.

Bloco de Esquerda: eleitoralismo em tempos de crise

Depois das eleições que elegeram Sócrates como primeiro-ministro, em 2009, o Bloco de Esquerda (BE) cometeu dois erros políticos graves. O primeiro foi no início de 2010, na votação favorável de sua bancada parlamentar à “ajuda” de Portugal à Grécia, no contexto do resgate do FMI/UE que impunha aos trabalhadores gregos um plano semelhante ao que os portugueses estão agora sujeitos. Posteriormente, em janeiro deste ano, o BE apoiou o candidato do governo Sócrates à Presidência da República, Manuel Alegre. O BE, abandonando o perfil de partido desalinhado, tem priorizado o seu fortalecimento eleitoral, em detrimento de uma plataforma unitária de esquerda com o PCP que, nas lutas e no parlamento, se conformasse como alternativa de poder.

De momento, a polêmica dentro do BE é sobre o que fazer com a dívida externa. A sua direção afirma que, apesar de precisar de uma auditoria e de reestruturação, a dívida tem de ser paga. Já o Ruptura/FER defende a suspensão do pagamento para criar empregos e melhorar a vida do trabalhador.

No entanto, em política, se paga caro pelos erros. O BE realizou, recentemente, a sua sétima convenção. Nesta, a direção não conseguiu desmoralizar a oposição, que deu corpo a Moção C (Ruptura/FER e independentes) representada por 14% dos delegados. Este espaço deixou claro o enfraquecimento da participação dos militantes na vida interna do partido, fruto da desilusão com a sua política. Agora que se aproximam as eleições para o parlamento e para formar governo, as sondagens apontam para que o BE seja, eventualmente, castigado nas urnas, principalmente por ter perdido a imagem de antigovernista, se colocando ao lado do governo nas presidenciais. Esta é a fotografia de um partido que, tendo ocupado um espaço importante à esquerda na política portuguesa, hoje pode vir a sofrer um sério revés eleitoral, o qual abriria uma decisiva discussão sobre os rumos da esquerda no país. ■

O que é Ideolog

HENRIQUE CANARY,
da Secretaria Nacional de Formação

Conta uma bela lenda judaica que num passado distante toda a humanidade vivia junta e falava a mesma língua. Tendo dominado as técnicas de construção e descoberto seu próprio poder criativo, os homens decidiram construir uma torre tão alta, que seu topo chegaria até o céu e eles veriam o criador. Irritado com a arrogância humana, deus resolveu confundir a língua dos homens, para que a gigantesca construção não prosperasse. Ao não se entenderem mais, os trabalhadores da obra não puderam coordenar seus esforços e a torre acabou desmoronando, fruto do caos instaurado.

A lenda sobre a Torre de Babel tem muito a nos ensinar, mas as lições não são sobre a vaidade humana, o poder de deus ou a origem dos idiomas modernos e sim sobre algo muito mais concreto: o funcionamento de nossa sociedade.

Assim como na Torre de Babel, a humanidade, mesmo sem saber, realiza uma grande obra coletiva e coordena esforços para isso: os carros produzidos no Brasil são vendidos na Argentina, levados até lá em navios fabricados no Japão, mas que pertencem a armadores gregos, que empregam marinheiros filipinos. Não há no mundo um único bem material que não seja fruto dos trabalhos conjugados de milhares de homens e mulheres.

Também como na lenda, a maioria dos participantes dessa imensa obra chamada sociedade "fala a mesma língua", ou seja, compartilha certas ideias e valores, tem uma mesma "visão de mundo". Por compartilharem as mesmas ideias, as pessoas acabam tendo também um comportamento parecido. A esses ideias ou conjunto de ideias que moldam o comportamento humano, chamamos ideologias.

PARA QUE SERVEM AS IDEOLOGIAS

O papel das ideologias é garantir o funcionando da sociedade. Ora, o que aconteceria, por exemplo, se os trabalhadores ignorassem as leis sobre a propriedade privada e resolvessem tomar para si as fábricas, bancos e latifúndios? Ou se as mulheres se revoltassem contra o machismo e passassem a reagir violentamente em qualquer situação de opressão? Ou se os homossexuais se organizassem para espancar neonazistas na Av. Paulista? É claro que se isso acontecesse, a ordem burguesa entraria em colapso e a sociedade, tal como a conhecemos, desmoronaria sobre si mesma como uma enorme Torre de Babel.

Para que isso não aconteça, para que a dominação capitalista siga seu curso tranquilamente, é necessário que as pessoas aceitem passivamente as condições de exploração e opressão a que são submetidas. Como conseguir isso sem recorrer todo o tempo à violência? Através das ideologias.

Cria-se, assim, a ideologia de que a propriedade privada é sagrada e de que os grandes empresários, banqueiros e usineiros são heróis nacionais; de que as mulheres são propriedade de seus maridos e devem a eles respeito e obediência; de que a homossexualidade é uma doença e por isso, se os homossexuais apanham na rua, é porque algo de errado fizeram.

Assim, aos poucos, com inúmeras pequenas ideias, aparentemente sem conexão entre si, se forma na cabeça dos trabalhadores uma "visão de mundo" que já não corresponde aos seus interesses, mas sim aos interesses dos capitalistas. As ideias que justificam a dominação burguesa tornam-se predominantes em toda a sociedade. Elas são reproduzidas exaustivamente na TV, nas escolas, nas páginas dos jornais, na família, no trabalho, entre colegas. Os trabalhadores, pelo simples fato de viverem em sociedade, absorvem essas ideologias e agem de acordo com elas, mesmo sem perceber. Quando uma ideologia é aceita por todos, ela se torna uma espécie de "linguagem comum", que todos reconhecem, entendem e reproduzem no seu cotidiano.

Como resultado, explorados e oprimidos passam a fazer uma coisa aparentemente absurda, mas que é a regra em nossa sociedade: começam a agir contra si mesmos, contra seus próprios interesses de classe; começam a defender o inimigo e a combater seus aliados; se dividem. Deste modo, os pais culpam os professores pelo baixo rendimento escolar de seus filhos, a população pobre defende um governo de empresários e banqueiros com medo de perder o bolsa-família, os trabalhadores furam a greve porque se convencem de que lutar não resolve nada.

O QUE AS IDEOLOGIAS ESCONDEM

Tomemos algumas ideias bastante simples e amplamente disseminadas em nossa sociedade: "O homem é naturalmente egoísta", "Sempre vai haver ricos e pobres", "As mulheres foram feitas para o trabalho doméstico", "Uma pessoa sempre vai querer passar a perna na outra", "O preconceito já vem desde o nascimento" etc.

Qual o sentido dessas ideias? Ora, é evidente que todas elas apontam em uma mesma direção: aceitar as coisas tal como são. E como nos convencem disso? Afirmando que tudo o que existe é natural e inevitável, que tentar mudar a realidade é ir "contra a natureza". Assim, para justificar um mundo de injustiça e sofrimento, as ideologias "naturalizam" a realidade social, ou seja, levam as pessoas a acreditar que a desigualdade, a exploração e a opressão são tão naturais quanto a chuva, o vento ou o movimento das marés. As ideologias escondem o grande segredo da dominação burguesa: o fato de que a sociedade é uma construção humana e que portanto não há nada de "natural" nela; que o mundo em que vivemos é o resultado da cooperação dos indivíduos e justamente por isso pode ser mudado por esses mesmos indivíduos.

A PROPAGANDA IDEOLÓGICA

Mas como as ideologias se espalham pela sociedade? Como absorvemos e reproduzimos com tanta facilidade ideias tão absurdas? Se existe democracia, como alguém pode controlar o que eu penso? Para responder a essas perguntas, é preciso entender como funciona a propaganda ideológica.

Todos sabemos o que é propagan-

ia

da. As Casas Bahia fazem propagandas animadas, com pessoas falando alto e rápido, e com ênfase nos preços. A Nike centra sua propaganda no incrível desempenho dos atletas que usam seus artigos. O Itaú faz propaganda dos benefícios que seus clientes podem ter com esse ou aquele investimento. Em todos esses casos, o propósito é claro e evidente: compre, use, aplique seu dinheiro! Não há nenhuma dificuldade em reconhecer que estamos diante de uma peça de propaganda. Se alguém não gostar, pode mudar de canal ou virar a página da revista.

> Aos poucos, se forma na cabeça dos trabalhadores certa “visão de mundo” que já não corresponde à sua realidade, aos seus interesses, mas sim aos interesses dos capitalistas

Já a propaganda ideológica é um pouco mais complicada. Como dissemos, o principal objetivo das ideologias é fazer as pessoas agirem contra si mesmas. Por isso a burguesia não pode dizer abertamente: “aceite a exploração”, “aceite a opressão”, como se dissesse “beba Coca-Cola”. Uma tal propaganda revelaria a dominação ideológica e provocaria ainda mais revolta. Por isso a principal característica da propaganda ideológica é que ela é disfarçada, sutil, encoberta, subliminar.

Quando um artigo sobre uma greve de professores começa falando dos alunos que ficaram sem aula, estamos diante de uma peça de propaganda ideológica. O objetivo não é informar ou esclarecer, mas sim mostrar como as greves prejudicam a população. O jornalista não dirá isso abertamente, mas todo o texto será montado para deixar provocar no leitor essa sensação. Quando depois do assassinato de Bin Laden pipocam nos programas dominicais reportagens especiais sobre a tropa de elite que matou o líder da Al-Qaeda, estamos diante de propaganda ideológica. Aqui o recado é: os EUA são invencíveis, para eles não há missão impossível, não ousem desafiá-los! Como se sabe, a melhor forma de plantar uma ideia na cabeça de alguém é fazer a pessoa acreditar que chegou sozinha a essa conclusão.

> As ideologias “naturalizam” a realidade social, ou seja, levam as pessoas a acreditar que a desigualdade, a exploração, a opressão e o racismo são tão naturais quanto a chuva, o vento ou o movimento das marés

Assim age a burguesia. Ela não diz “a mulher é um objeto”. Ela apenas mostra comerciais de cerveja que têm a mulher como objeto. Quem chega à conclusão de que a mulher é um objeto é o telespectador. Ela não escreve nos jornais “é preciso derrubar a mata ao redor dos rios”. Ela apenas mostra o quanto o agronegócio, que derruba a mata ao redor dos rios, é o “motor de desenvolvimento do país”. Quem chega à conclusão de que a derrubada das matas é um mal necessário é o leitor. Ela não diz “vamos acabar com os direitos trabalhistas”. Ela só diz que nos EUA, o país mais poderoso do planeta, quase não existem direitos trabalhistas. Quem chega à conclusão de que os direitos trabalhistas são um entrave ao desenvolvimento do país é o próprio trabalhador.

Por isso, o fato de uma pessoa ter uma opinião formada sobre um determinado assunto não significa de modo algum que essa ideia seja dela. Noventa e nove porcento das ideias que temos na cabeça foram plantadas sutilmente pela burguesia através da educação, da imprensa, da família, da TV, do cinema, da igreja etc etc etc. A força das ideologias está justamente no fato de que os explorados defendem e reproduzem as ideias dos exploradores, achando que essas ideias são suas.

Ao serem repetidas incansavelmente por toda a sociedade, as ideologias assumem a aparência de uma “verdade absoluta”. Como assim as mulheres são iguais aos homens? Como assim acabar com a exploração? Como assim socialismo? Quando alguém questiona uma ideologia, parece realmente que está “falando outra língua”. Instintivamente, repelimos esse tipo de pessoa e a separamos de nosso convívio. Ou simplesmente a ignoramos. A Torre de Babel não pode ser abalada. ■

A ideologia da classe operária

Mas se uma ideologia é uma determinada “visão de mundo”, um conjunto de ideias que serve a certos interesses, poderíamos então dizer que a classe trabalhadora tem uma ideologia? A resposta é categórica: sim!

O socialismo científico, formulado na metade do século 19 pelos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels (por isso chamado também de marxismo) é a ideologia da classe operária, a ciência de sua libertação. O socialismo científico é um conjunto de ideias que interpretam corretamente o mundo à nossa volta, que revelam as verdadeiras razões da opressão, da desigualdade e da exploração. No entanto, diferentemente das ideologias burguesas, que penetram na mente dos trabalhadores por milhares de meios invisíveis e imperceptíveis, o marxismo não chega às residências pelas antenas de TV, não é ensinado nas escolas, nem cantado em canções de sucesso. Ele precisa ser buscado, descoberto. E é claro, como toda ciência, o marxismo precisa ser estudado.

O operário consciente que deseje entender a fundo o mundo ao seu redor deve começar por desconfiar de todas as ideias que parecem óbvias e naturais porque a maior parte delas não passa, muito provavelmente, de mentiras bem contadas. Em seguida, deve ter, em relação à sociedade, a mesma curiosidade que tem em relação à máquina nova que acaba de chegar na fábrica: deve querer desvendá-la, destrinchá-la, dominá-la. Tendo dominado o marxismo, esse operário interpretará os fatos da realidade com a mesma facilidade que um eletricista experiente interpreta o esquema elétrico de uma garagem residencial, que tem uma lâmpada, um interruptor e uma tomada.

A verdadeira obra humana

As ideologias burguesas não são uma força invencível. Se a classe dominante tivesse tanta confiança em suas ideias, não haveria homens armados de prontidão nos quarteis e batalhões, aguardando as ordens para bater, dispersar e prender.

Karl Marx, o velho filósofo alemão, disse certa vez que quando uma ideia é absorvida pelas massas organizadas, ela adquire força material, ou seja, vira uma arma real. Quando a crise econômica, política e social colocar em xeque a dominação burguesa; quando a repressão contra os trabalhadores, ao invés de inibi-los, gerar ações ainda mais radicalizadas, a ideia do socialismo penetrará nas grandes massas e balançará a monstruosa obra do capitalismo. Os trabalhadores, ao invés de falar a língua da burguesia, começarão a falar a sua própria língua e se entenderão. A imensa Torre de Babel, erguida sobre as costas dos pobres e perseguidos, e solidificada com o cimento da mentira, desmoronará sobre as cabeças de seus arquitetos incompetentes. E os trabalhadores, livres do entulho da velha construção, começarão a sua própria obra: uma sociedade sem opressão e exploração, o socialismo no mundo inteiro.

Marcha contra a homofobia em Brasília

Segundo organização, manifestação que pedia criminalização da homofobia reuniu 5 mil

DA REDAÇÃO

Ocorreu nesse dia 18 de maio a Segunda Marcha Nacional contra a Homofobia, em Brasília. Segundo a organização do evento, cerca de 5 mil pessoas se manifestaram na capital federal. Neste ano, o principal tema do protesto foi a exigência da aprovação do Projeto de Lei 122 que torna crime a homofobia.

Além de entidades do movimento LGBT, o protesto reuniu sindicatos, parlamentares e partidos como o PSTU e o PSOL. A marcha partiu da Catedral, passando pela esplanada dos ministérios rumo ao Congresso Nacional. Ao final, os manifestantes foram ao prédio do Supremo Tribunal Federal comemorar a aprovação da extensão dos direitos aos casais homossexuais.

"Ô DILMA/EU QUERO VER/ O PLC ACONTECER"

A CSP-Conlutas marcou presença na marcha com uma animada coluna que reuniu algo como 150 companheiros de Brasília, Minas, Pernambuco e São Paulo. A coluna reuniu servidores públicos, metroviários, trabalhadores dos Correios, estudantes, além de ativistas do movimento popular. "Nossa coluna politizou o ato, enquanto grande parte só comemorava a decisão do STF, nós fizemos exigências ao governo Dilma" , disse Guilherme Rodrigues, estudante de Letras da USP e membro da ANEL.

ANTONIO CRUZ/ABR

> "O que aconteceu no STF foi uma vitória importante do movimento, mas é preciso ir além, temos que exigir do governo Dilma um compromisso público para a aprovação do PLC 122"

"O que aconteceu no STF foi uma vitória importante do movimento, que nos fortalece, mas é preciso ir além, temos que passar à ofensiva e exigir do governo Dilma um compromisso público para a aprovação do PLC 122", discursou Douglas Borges, do Setorial LGBT da CSP-Conlutas, que também aproveitou a manifestação para denunciar o avanço da violência homofóbica no país assim como fascistas como o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ).

UMA LUTA DOS TRABALHADORES

José Maria de Almeida, o Zé Maria, da Direção Nacional do PSTU, discursou em nome do partido, colocando a necessidade da unidade entre o movimento LGBT e os trabalhadores. "A luta por uma sociedade que possa contemplar todos os homossexuais é uma luta de toda a classe trabalhadora", afirmou, reiterando que isso é parte também da luta pelo socialismo.

Ao final a CSP-Conlutas realizou uma plenária onde aprovou a realização de um seminário no dia 18 de junho.

MARCHA É RESPOSTA À DESPOLITIZAÇÃO DAS PARADAS

Iniciada em 2010, a marcha é uma resposta de setores do movimento LGBT descontentes com a despolitização das paradas gays. A data foi escolhida pois marca o dia em que a Organização Mundial de Saúde desconsidera a homossexualidade uma patologia (17 de maio).

Nacional Movimento

Ato público na ABI tem a presença da policia

Novo evento em solidariedade aos 13 participantes do protesto contra a visita ao Brasil do Presidente dos EUA sofre intimidação da polícia

DA REDAÇÃO

O ato em defesa dos presos políticos do Rio reuniu centenas de pessoas no último dia 19, na sede nacional da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O encontro foi organizado em solidariedade aos 13 participantes do protesto contra a visita ao Brasil do Presidente dos EUA, Barack Obama, diante do Consulado Americano, no Centro do Rio, em 18 de março último, quando foram detidos e encaminhados aos presídios de Água Santa e Bangu 8, permanecendo três dias incomunicáveis.

Continuando a unidade que se deu em torno do tema, diversas organizações, entidades e personalidades compareceram. Além de exigir o arquivamento dos processos contra os ativistas, o ato foi um momento de repúdio e de exigência também ao fim da criminalização dos movimentos sociais. O evento teve, ainda, a presença "ilustre" da polícia, que constrangeu os presentes.

Os participantes do ato também se solidarizaram com outros movimentos que lutam por seus direitos, como o dos moradores do Morro do Bumba atingidos pela tragédia das chuvas. Em especial, se falou sobre a greve de bombeiros no estado. Representantes desses trabalhadores estavam presentes e informaram sobre a prisão de grevistas no quartel de bombeiros do Humaitá.

Também foram ao ato estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) que estão filmando um curta-metragem sobre os presos compareceram e acompanharam o ato. A história dessas prisões políticas será contada no filme 'Os 13 de março'.

NOS TEMPOS DA DITADURA

Porém, infelizmente, o fato que mais chamou a atenção não foi a solidariedade e a luta pelo direito à livre manifestação. Ao chegarem para o ato, os participantes foram surpreendidos com a presença da Polícia Militar que invadiu o hall do edifício Herbert Moses, onde fica a sede da ABI.

Segundo a nota publicada no site da associação, a polícia enviou quatro viaturas ao local. A operação foi realizada pelo 13º batalhão da PM. O presidente da ABI, Marcelo Azêdo, disse que só havia acontecido algo semelhante durante a ditadura militar.

Azêdo exigiu do comendo da operação a saída imediata da polícia, mas não foi atendido. A PM só saiu após o presidente ter exigido a saída ao governador Sérgio Cabral. A polícia, no entanto, saiu do edifício da ABI para cercar o consulado norte-americano. Só então o ato pode começar, com mais de uma hora de atraso. Mesmo assim, uma viatura foi mantida no local.

Para aqueles que viveram os tempos da ditadura, a cena foi chocante, como contou José Eduardo Braunschweiger, advogado e um dos presos políticos. Ele acredita que existe uma "intimidação permanente e sistemática do governo aos movimentos sociais".

O constrangimento não foi apenas uma ofensa ao ato, mas à própria ABI, uma instituição nacional respeitada pela sua histórica luta por liberdade. "Isso é apenas um trailer do que o governo ainda vai fazer até e durante a Copa e as Olimpíadas", conclui José Eduardo. ■